

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria n.º 2.763, de 22 de agosto de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O auxílio-transporte será devido ao servidor em atividade, nos deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, sendo-lhe pago direta e antecipadamente, mediante depósito em conta-corrente, até o quinto dia útil do mês." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 16 de julho de 2026.

Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN
Presidente

VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA E DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CGJ - Comunicado N° 10/2026/CGJ/SCGJ

O Presidente da Comissão do VI Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Mato Grosso do Sul, Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence, no uso de suas atribuições, divulga o espelho de correção da prova escrita e prática e resultado preliminar dessa etapa, aplicada em 24 de maio de 2026.

Considerando a decisão proferida nos Autos do Mandado de Segurança/MS nº 1420717-67.2025.8.12.0000 (ainda pendente de trânsito em julgado), que concedeu a segurança para anular a 2ª Retificação do Edital, os(as) candidatos(as) aprovados(as) no concurso de ingresso por remoção, atingidos(as) pelos efeitos da decisão, encontram-se relacionados(as) na condição *sub judice* na lista correspondente à remoção.

O recurso contra o resultado preliminar da Prova Escrita e Prática poderá ser interposto a partir das **12h de 22 de julho de 2026 até às 12h de 27 de julho de 2026 (horário de MS)**.

O link para a interposição de eventual recurso estará disponível na página de acompanhamento da Fundação Getulio Vargas.

Campo Grande, 20 de julho de 2026.

(a) Desembargador Ruy Celso Barbosa Florence

Presidente da Comissão do Concurso

Corregedor-Geral de Justiça

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA

Provimento	
Questão 01	
	Itens = 9
1 Identificar o ato como escritura pública de compra e venda.	0.00 0.20
2 Mencionar a representação da União pelo procurador da Fazenda Nacional.	0.00 0.20
3 Qualificar devidamente e reconhecer a identidade dos comparecentes, sendo dispensável o comparecimento do cônjuge do arrematante.	0.00 0.10 0.20
4 Indicar a apresentação da prova de residência do adquirente no Brasil.	0.00 0.50
5 Mencionar a autorização da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.	0.00 0.50
6 Mencionar a autorização do Presidente da República, por se tratar de imóvel em faixa de fronteira.	0.00 0.35
7 Mencionar a apresentação do CCIR.	0.00 0.50
8 Transcrever a guia do ITBI ou constar a advertência de que a propriedade só se adquire mediante registro; mencionar a cotação de emolumentos.	0.00 0.20 0.40
9 Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.15
Nota da Questão 01	3
Questão 02	
	Itens = 8
a) Submissão à jurisdição brasileira apenas dos bens situados no Brasil, conforme o Art. 23, II, do Código de Processo Civil.	0.00 0.35 0.45
b) Ausência de compensação de bens localizados no exterior, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.	0.00 0.30 0.40



c) Inaplicabilidade da deixa testamentária no Brasil.	0.00 0.40
d) Imóvel em Campo Grande/MS dividido entre o cônjuge sobrevivente e os dois filhos, na forma do Art. 1.829, I, CC.	0.00 0.35 0.45
e) Direito real de habitação para Estela, na forma do Art. 1.831, CC.	0.00 0.35 0.45
f) Divisão da metade da fazenda ABC e das quotas dos fundos entre Joana e Marcos.	0.00 0.40
g) Dedução da dívida da fazenda ABC.	0.00 0.30
h) Utilização correta da norma culta escrita da língua portuguesa; capacidade de exposição e argumentação.	0.00 0.15
Nota da Questão 02	3
Questão 03	
	Itens = 3
a) Não. É inconstitucional norma que exige o reconhecimento de firma de promotor de justiça para averbação de termo de reconhecimento de paternidade celebrado perante o órgão ministerial, por violar a fé pública inerente aos atos do Ministério Público, bem como os princípios da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade, nos termos do Art. 19, inciso II, da CRFB/1988. Registre-se que o sistema registral já dispõe de mecanismos adequados para a verificação de autenticidade em casos de suspeita, circunstância que reforça a desnecessidade da formalidade imposta, nos termos do Art. 46, §3º, da Lei nº 6.015/1973. Não é outro o entendimento do Supremo Tribunal Federal, fixado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.511.	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40 0.50 0.55
b) Não. Registre-se, de início, que o Supremo Tribunal Federal, no Tema no 779, concluiu que os substitutos ou interinos designados para o exercício de função delegada não se equiparam aos titulares de serventias extrajudiciais, visto não atenderem aos requisitos estabelecidos nos arts. 37, inciso II, e 236, §3º, ambos da CRFB/88 para o provimento originário da função, inserindo-se na categoria dos agentes estatais, razão pela qual se aplica a eles o teto remuneratório do art. 37, inciso XI, da CRFB/88. Contudo, tal entendimento não tem incidência no caso em apreço, já que Maria, caso eleita, se afastará temporariamente da serventia extrajudicial, não se estando diante de hipótese de perda da delegação. Na verdade, Maria fará jus à percepção integral dos emolumentos gerados em decorrência da atividade notarial que lhe foi delegada (art. 72, caput, §2º e §3º, do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial). Desta forma, eventual substituto indicado por Maria estará sujeito ao regime da legislação do trabalho, com remuneração livremente ajustada, sem a vinculação ao teto constitucional, na forma do Art. 20, caput, da Lei no 8.935/1994.	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40
c) Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.05
Nota da Questão 03	1
Questão 04	
	Itens = 4
Reconhecimento da desapropriação como forma de aquisição originária da propriedade, de modo que, "(...) o ônus de reparação que recaia sobre o bem (de natureza histórico-cultural) expropriado já foi considerado no preço (justa indenização) que foi desembolsado pelo Município para a aquisição do imóvel, isto é, a Fazenda municipal já descontou o passivo ambiental do valor pago. (...) Diante desse quadro, a condenação da parte expropriada no dever de pagar pela reparação do imóvel desapropriado implicaria violação do postulado do non bis in idem, uma vez que o particular amargaria duplo prejuízo pelo mesmo fato: perceberia indenização já descontada em razão do passivo ambiental e ainda teria que pagá-lo (o passivo) novamente nesta ação". (AREsp n. 1.886.951/RJ, relator ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 11/6/2024, DJe de 20/6/2024)	0.00 0.10 0.20 0.30
Ponderação acerca da incidência, no caso concreto, do Art. 122 da Lei nº 11.101/2005, a impor que "A compensação de créditos, embora prevista no direito comum e também no direito concursal, há de ser aplicada com redobradas cautelas quando se trata de processo falimentar, uma vez que significa a quebra da par conditio creditorum, que deve sempre reger a satisfação das dívidas contraídas pela falida. Operada a compensação, a massa deixa de receber determinado valor (o que em si já é prejudicial), ao passo que o credor é liberado de observar a respectiva classificação de seu crédito (o que, por derradeiro, atinge também os interesses dos demais credores). Em suma, a compensação de créditos no processo falimentar coloca sob a mesma dogmática jurídica o pagamento de débitos da falida e o recebimento de créditos pela massa falida, situações que ordinariamente obedecem a sistemas bem distintos. (...) A doutrina, desde muito tempo, vem apregoando que as hipóteses legais que impedem a compensação do crédito perante a massa não estão listadas exaustivamente no mencionado Art. 46 do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (correspondente, em parte, ao Art. 122 da Lei nº 11.101/2005). Aplicam-se também ao direito falimentar as hipóteses que vedam a compensação previstas no direito comum, como aquelas previstas nos Arts. 1.015-1.024 do Código Civil de 1916, entre as quais se destaca a compensação realizada em prejuízo de direitos de terceiros (Art. 1.024)." (REsp n. 1.121.199/SP, relator ministro Raul Araújo, relator para acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10/9/2013, REPDJe de 12/2/2014, DJe de 28/10/2013)	0.00 0.10 0.20 0.30
Conclusão mobilizando todos esses conceitos à luz do Art. 31 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, de menção obrigatória, a preconizar que "ficam sub-rogados no preço quaisquer ônus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado".	0.00 0.15 0.25 0.35
Utilização correta da norma culta escrita da língua portuguesa; capacidade de exposição e argumentação.	0.00 0.05
Nota da Questão 04	1
Questão 05	
	Itens = 5



a) Fundamentação: (i) Existem inicialmente quatro condomínios civis, pois são quatro propriedades com matrículas distintas. As matrículas são contíguas e de mesmos proprietários, o que permite sua fusão e posterior divisão, solução mais eficiente para formalizar a vontade das partes; (ii) citar o art. 234 LRP; (iii) tratando-se de divisão proporcional do único imóvel resultante da fusão, não há transmissão imobiliária (fato gerador) e, consequentemente, não há impostos (que ocorreriam na permuta ou doação de frações ideais).	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40 0.50 0.60
b.1 Notas: indicação de extinção do condomínio civil resultante da matrícula unificada, e não de um condomínio inexistente nas quatro matrículas originais.	0.00 0.15
b.2 RI: indicação de encerramento das quatro matrículas e abertura de matrícula para área total de 6.000 hectares.	0.00 0.10
b.3 RI: indicação de registro da extinção de condomínio e abertura de três matrículas de 2.000 hectares.	0.00 0.10
Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.05
Nota da Questão 05	1
Questão 06	
	Itens = 10
1 Distinguir que não se trata de doação, mas sim de testamento.	0.00 0.05
2 Indicar como deve ser a qualificação de Helena e das testemunhas. A qualificação deve conter o nome completo, a nacionalidade, o estado civil, a profissão, a identificação civil com número do RG e do CPF, o endereço e o domicílio, com indicação da cidade e do Estado. O candidato pode considerar o companheiro herdeiro necessário.	0.00 0.05 0.10
3 Descrever a situação familiar e sucessória de Helena. O candidato deve indicar que o filho é seu herdeiro. O companheiro pode concorrer com o filho quanto aos bens particulares. Na falta do filho, a mãe, ascendente, herda junto com o companheiro. O candidato pode indicar que o companheiro é herdeiro necessário ou o contrário, que não é (pois há divergência doutrinária).	0.00 0.05 0.10 0.15
4 Cláusula deixando a totalidade da parte disponível para Eneias. O candidato deve usar a expressão "Deixa", sendo erradas as expressões "lega", "legado", "doa" ou "doação".	0.00 0.05 0.10
5 Cláusula nomeando Cassandra como administradora dos bens de Eneias. A menção ao Art. 1.693, inciso III, e ao Art. 1.733, parágrafo 2º, do Código Civil indica pleno conhecimento. O candidato que deixar a guarda para a irmã perde pontos.	0.00 0.05 0.10
6 Cláusula legando as cotas sociais do salão de beleza para Cassandra. Aqui, as expressões corretas são "legado" e "lega", sendo impreciso "deixa", "doa" ou "herança". O legado deve ser da totalidade das cotas, sendo imprecisa a redução ou o legado de apenas metade das cotas.	0.00 0.05 0.10
7 Cláusula impondo as cláusulas restritivas para proteger perenemente o patrimônio do filho. As cláusulas devem ser as de incomunicabilidade e impenhorabilidade, podendo ser incluída também a de inalienabilidade. O candidato deve indicar que as cláusulas são vitalícias.	0.00 0.05 0.10
8 Necessidade de informar a justa causa para impor as cláusulas sobre a legítima. O candidato que mencionar o Art. 1.848 do Código Civil pontuará mais 0,05.	0.00 0.05 0.10
9 Informar que o companheiro não pode anuir ou assinar o testamento.	0.00 0.05
10 Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.15
Nota da Questão 06	1
Remoção	
Questão 01	
	Itens = 9
1 Identificar o ato como escritura pública de compra e venda.	0.00 0.20
2 Mencionar a representação da União pelo procurador da Fazenda Nacional.	0.00 0.20
3 Qualificar devidamente e reconhecer a identidade dos comparecentes, sendo dispensável o comparecimento do cônjuge do arrematante.	0.00 0.10 0.20
4 Indicar a apresentação da prova de residência do adquirente no Brasil.	0.00 0.50
5 Mencionar a autorização da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.	0.00 0.50
6 Mencionar a autorização do Presidente da República, por se tratar de imóvel em faixa de fronteira.	0.00 0.35
7 Mencionar a apresentação do CCIR.	0.00 0.50
8 Transcrever a guia do ITBI ou constar a advertência de que a propriedade só se adquire mediante registro; mencionar a cotação de emolumentos.	0.00 0.20 0.40
9 Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.15



Nota da Questão 01	3
Questão 02	
	Itens = 8
a) Submissão à jurisdição brasileira apenas dos bens situados no Brasil, conforme o Art. 23, II, do Código de Processo Civil.	0.00 0.35 0.45
b) Ausência de compensação de bens localizados no exterior, conforme entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça.	0.00 0.30 0.40
c) Inaplicabilidade da deixa testamentária no Brasil.	0.00 0.40
d) Imóvel em Campo Grande/MS dividido entre o cônjuge sobrevivente e os dois filhos, na forma do Art. 1.829, I, CC.	0.00 0.35 0.45
e) Direito real de habitação para Estela, na forma do Art. 1.831, CC.	0.00 0.35 0.45
f) Divisão da metade da fazenda ABC e das quotas dos fundos entre Joana e Marcos.	0.00 0.40
g) Dedução da dívida da fazenda ABC.	0.00 0.30
h) Utilização correta da norma culta escrita da língua portuguesa; capacidade de exposição e argumentação.	0.00 0.15
Nota da Questão 02	3
Questão 03	
	Itens = 3
a) Não. É inconstitucional norma que exige o reconhecimento de firma de promotor de justiça para averbação de termo de reconhecimento de paternidade celebrado perante o órgão ministerial, por violar a fé pública inerente aos atos do Ministério Público, bem como os princípios da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade, nos termos do Art. 19, inciso II, da CRFB/1988. Registre-se que o sistema registral já dispõe de mecanismos adequados para a verificação de autenticidade em casos de suspeita, circunstância que reforça a desnecessidade da formalidade imposta, nos termos do Art. 46, §3º, da Lei nº 6.015/1973. Não é outro o entendimento do Supremo Tribunal Federal, fixado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.511.	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40 0.50 0.55
b) Não. Registre-se, de início, que o Supremo Tribunal Federal, no Tema no 779, concluiu que os substitutos ou interinos designados para o exercício de função delegada não se equiparam aos titulares de serventias extrajudiciais, visto não atenderem aos requisitos estabelecidos nos arts. 37, inciso II, e 236, §3º, ambos da CRFB/88 para o provimento originário da função, inserindo-se na categoria dos agentes estatais, razão pela qual se aplica a eles o teto remuneratório do art. 37, inciso XI, da CRFB/88. Contudo, tal entendimento não tem incidência no caso em apreço, já que Maria, caso eleita, se afastará temporariamente da serventia extrajudicial, não se estando diante de hipótese de perda da delegação. Na verdade, Maria fará jus à percepção integral dos emolumentos gerados em decorrência da atividade notarial que lhe foi delegada (art. 72, caput, §2º e §3º, do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial). Desta forma, eventual substituto indicado por Maria estará sujeito ao regime da legislação do trabalho, com remuneração livremente ajustada, sem a vinculação ao teto constitucional, na forma do Art. 20, caput, da Lei no 8.935/1994.	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40
Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.05
Nota da Questão 03	1
Questão 04	
	Itens = 4
Reconhecimento da desapropriação como forma de aquisição originária da propriedade, de modo que, "(...) o ônus de reparação que recaia sobre o bem (de natureza histórico-cultural) expropriado já foi considerado no preço (justa indenização que foi desembolsado pelo Município para a aquisição do imóvel, isto é, a Fazenda municipal já descontou o passivo ambiental do valor pago. (...) Diante desse quadro, a condenação da parte expropriada no dever de pagar pela reparação do imóvel desapropriado implicaria violação do postulado do non bis in idem, uma vez que o particular amargaria duplo prejuízo pelo mesmo fato: perceberia indenização já descontada em razão do passivo ambiental e ainda teria que pagá-lo (o passivo) novamente nesta ação". (AREsp n. 1.886.951/RJ, relator ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 11/6/2024, DJe de 20/6/2024)	0.00 0.10 0.20 0.30
Ponderação acerca da incidência, no caso concreto, do Art. 122 da Lei nº 11.101/2005, a impor que "A compensação de créditos, embora prevista no direito comum e também no direito concursal, há de ser aplicada com redobradas cautelas quando se trata de processo falimentar, uma vez que significa a quebra da par conditio creditorum, que deve sempre reger a satisfação das dívidas contraídas pela falida. Operada a compensação, a massa deixa de receber determinado valor (o que em si já é prejudicial), ao passo que o credor é liberado de observar a respectiva classificação de seu crédito (o que, por derradeiro, atinge também os interesses dos demais credores). Em suma, a compensação de créditos no processo falimentar coloca sob a mesma dogmática jurídica o pagamento de débitos da falida e o recebimento de créditos pela massa falida, situações que ordinariamente obedecem a sistemas bem distintos. (...) A doutrina, desde muito tempo, vem apregoando que as hipóteses legais que impedem a compensação do crédito perante a massa não estão listadas exaustivamente no mencionado Art. 46 do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (correspondente, em parte, ao Art. 122 da Lei nº 11.101/2005). Aplicam-se também ao direito falimentar as hipóteses que vedam a compensação previstas no direito comum, como aquelas previstas nos Arts. 1.015-1.024 do Código Civil de 1916, entre as quais se destaca a compensação realizada em prejuízo de direitos de terceiros (Art. 1.024)." (REsp n. 1.121.199/SP, relator ministro Raul Araújo, relator para acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10/9/2013, REPDJe de 12/2/2014, DJe de 28/10/2013)	0.00 0.10 0.20 0.30



Conclusão mobilizando todos esses conceitos à luz do Art. 31 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, de menção obrigatória, a preconizar que "ficam sub-rogados no preço quaisquer ônus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado".	0.00 0.15 0.25 0.35
Utilização correta da norma culta escrita da língua portuguesa; capacidade de exposição e argumentação.	0.00 0.05
Nota da Questão 04	1
Questão 05	
	Itens = 5
a) Fundamentação: (i) Existem inicialmente quatro condomínios civis, pois são quatro propriedades com matrículas distintas. As matrículas são contíguas e de mesmos proprietários, o que permite sua fusão e posterior divisão, solução mais eficiente para formalizar a vontade das partes; (ii) citar o art. 234 LRP; (iii) tratando-se de divisão proporcional do único imóvel resultante da fusão, não há transmissão imobiliária (fato gerador) e, conseqüentemente, não há impostos (que ocorreriam na permuta ou doação de frações ideais).	0.00 0.10 0.20 0.30 0.40 0.50 0.60
b.1 Notas: indicação de extinção do condomínio civil resultante da matrícula unificada, e não de um condomínio inexistente nas quatro matrículas originais.	0.00 0.15
b.2 RI: indicação de encerramento das quatro matrículas e abertura de matrícula para área total de 6.000 hectares.	0.00 0.10
b.3 RI: indicação de registro da extinção de condomínio e abertura de três matrículas de 2.000 hectares.	0.00 0.10
Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.05
Nota da Questão 05	1
Questão 06	
	Itens = 10
1 Distinguir que não se trata de doação, mas sim de testamento.	0.00 0.05
2 Indicar como deve ser a qualificação de Helena e das testemunhas. A qualificação deve conter o nome completo, a nacionalidade, o estado civil, a profissão, a identificação civil com número do RG e do CPF, o endereço e o domicílio, com indicação da cidade e do Estado. O candidato pode considerar o companheiro herdeiro necessário.	0.00 0.05 0.10
3 Descrever a situação familiar e sucessória de Helena. O candidato deve indicar que o filho é seu herdeiro. O companheiro pode concorrer com o filho quanto aos bens particulares. Na falta do filho, a mãe, ascendente, herda junto com o companheiro. O candidato pode indicar que o companheiro é herdeiro necessário ou o contrário, que não é (pois há divergência doutrinária).	0.00 0.05 0.10 0.15
4 Cláusula deixando a totalidade da parte disponível para Eneias. O candidato deve usar a expressão "Deixa", sendo erradas as expressões "lega", "legado", "doa" ou "doação".	0.00 0.05 0.10
5 Cláusula nomeando Cassandra como administradora dos bens de Eneias. A menção ao Art. 1.693, inciso III, e ao Art. 1.733, parágrafo 2º, do Código Civil indica pleno conhecimento. O candidato que deixar a guarda para a irmã perde pontos.	0.00 0.05 0.10
6 Cláusula legando as cotas sociais do salão de beleza para Cassandra. Aqui, as expressões corretas são "legado" e "lega", sendo impreciso "deixa", "doa" ou "herança". O legado deve ser da totalidade das cotas, sendo imprecisa a redução ou o legado de apenas metade das cotas.	0.00 0.05 0.10
7 Cláusula impondo as cláusulas restritivas para proteger perenemente o patrimônio do filho. As cláusulas devem ser as de incommunicabilidade e impenhorabilidade, podendo ser incluída também a de inalienabilidade. O candidato deve indicar que as cláusulas são vitalícias.	0.00 0.05 0.10
8 Necessidade de informar a justa causa para impor as cláusulas sobre a legítima. O candidato que mencionar o Art. 1.848 do Código Civil pontuará mais 0,05.	0.00 0.05 0.10
9 Informar que o companheiro não pode anuir ou assinar o testamento.	0.00 0.05
10 Utilização correta do idioma oficial e capacidade de exposição.	0.00 0.15
Nota da Questão 06	1

PROVIMENTO

Inscrição	Nome	Dissertação	Peça Prática	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Prova Escrita e Prática	Situação
427000338	Adelmar Aires Pimenta Da Silva	1,25	3	0,65	0,55	0,05	0,5	6	Aprovado
427000646	Adriano Martins Da Silva	1,75	1,65	0,55	0,5	0,05	0,7	5,2	Aprovado
427000093	Alexandre Alliprandino Medeiros	2,05	1,75	0,65	0,1	0,05	0,5	5,1	Aprovado PcD
427001133	Alexandre De Oliveira Freire Filho	1,65	1,35	0,65	0,2	0,8	0,6	5,25	Aprovado Negro
427000400	Alexsandro Aparecido Feitosa De Rezende	1,95	0,85	0,55	0	1	0,65	5	Aprovado Negro
427000960	Aline Tabuchi Da Silva	1,25	1,65	0,75	0,6	0,05	0,85	5,15	Aprovado
427000182	Aline Tostes Correa	1,55	2,7	0,55	0,2	0,05	0,95	6	Aprovado
427000587	Ana Paula Da Silva Ribeiro Fernandes	2,45	1,75	0,65	0,4	0,05	0,7	6	Aprovado



427000988	Ana Raquel Sampaio Pacifico	1,75	2,4	0,85	0	1	0,8	6,8	Aprovado
427000064	Anderson Jorge Damasceno Espindola	2,45	1,75	0,65	0,5	0,05	0,8	6,2	Aprovado
427000705	André Rambo Batistella	1,95	1,65	0,35	0,5	0,05	0,8	5,3	Aprovado
427001189	Anna Carolina Silveira Verde Selva	1,75	1,8	0,65	0,4	0,6	0,7	5,9	Aprovado
427000965	Ariane Sacchi Homrich	1,45	2	0,65	0,25	0,5	0,6	5,45	Aprovado
427000445	Arthur Dos Santos Raskopf	1,45	1,65	0,55	0,5	1	0,8	5,95	Aprovado
427000570	Artur Zamperlini Cochito	1,75	1,75	0,35	0,4	0,05	0,85	5,15	Aprovado
427001251	Beatriz Da Rosa Guimarães	1,25	2,7	0,75	0,35	0,7	0,85	6,6	Aprovado
427001117	Carlos Augusto Guimarães Gama	1,05	2,9	0,75	0,5	0,45	0,75	6,4	Aprovado
427000495	Carlos Augusto Sardinha Tavares Junior	1,95	1,35	0,75	0,5	0,05	0,65	5,25	Aprovado
427001265	Claudio Pereira Do Nascimento	2,45	1	0,35	0,4	0,05	0,9	5,15	Aprovado
427000370	Clorisvaldo Rodrigues Dos Santos	1,95	1,55	0,65	0,5	0,25	0,8	5,7	Aprovado
427000816	Cristiano Campelo Sodré	1,95	2,05	0,75	0,15	0,05	0,6	5,55	Aprovado Negro
427000485	Cristyan Eduardo Arruda Loregian	1,95	2,5	0,45	0,5	0,05	0,85	6,3	Aprovado
427000329	Danilo Costa Neves Paoliello	1,95	2,9	0,35	0,6	0,05	0,7	6,55	Aprovado
427001026	Diego Belchior Ferreira Santana	2,25	1,35	0,65	0,4	0,7	0,05	5,4	Aprovado
427000348	Diego Henrique Figueiredo De Freitas	1,95	0,8	0,65	0,35	1	0,6	5,35	Aprovado
427000711	Diego Peter Peterle	2,3	3	0,55	0,25	0,7	0,5	7,3	Aprovado
427000760	Diego Prandino Alves	1,95	2,1	0,65	0,5	0,05	0,85	6,1	Aprovado
427000660	Dilson Santiago De Souza	1,65	2,5	0,65	0,5	0,05	0,3	5,65	Aprovado PcD
427000870	Diogenes Cardoso	1,25	2,2	0,75	0,5	0,05	0,8	5,55	Aprovado
427000412	Domingos Galvao De Melo	1,25	2,2	0,65	0,25	0,05	0,7	5,1	Aprovado Negro
427000666	Douglas Fernandes De Moura	1,65	2,45	0,65	0,15	0,75	0,8	6,45	Aprovado
427000168	Eduardo Chalita Cavalcanti Mansur	2,05	2,9	0,85	0,7	0,05	0,9	7,45	Aprovado
427000427	Eduardo De Melo Gama	2,45	2,6	0,75	0,7	1	0,65	8,15	Aprovado
427000054	Eduardo Murara Suchek	1,95	1,65	0,55	0,15	0,05	0,65	5	Aprovado PcD
427001209	Emanuella Bronzini Amaducci	2,45	2,1	0,55	0,3	0,7	0,7	6,8	Aprovado
427001015	Emilli Priscila Bailoni	1,15	3	0,65	0,35	0,8	0,75	6,7	Aprovado
427000541	Ericson Jarae Klik Bisiewicz	1,95	1,65	0,65	0,3	0,8	0,85	6,2	Aprovado
427000998	Fabio Jose De Almeida Gomes Pinheiro	1,95	2,7	0,65	0,5	0,25	0,65	6,7	Aprovado PcD
427001002	Fabio Junior Neves Da Silva	0,95	2,9	0,75	0,7	0,05	0,8	6,15	Aprovado Negro
427000620	Felipe Augusto Rondon De Oliveira	1,85	2	0,65	0,5	0,25	0,8	6,05	Aprovado
427000568	Felipe Flora Ribeiro	1,95	1,75	0,65	0,6	0,75	1	6,7	Aprovado
427000853	Fernanda Dias Rocha	1,75	1,75	0,65	0,25	0,05	0,8	5,25	Aprovado Negro
427001045	Flávio De Mello Almada Ferreira	1,75	2,3	0,85	0,1	0,7	0,95	6,65	Aprovado
427000893	Frank Willy Rondina	1,75	0,6	0,65	0,5	1	0,8	5,3	Aprovado
427001022	Frederico Josué Silva Passos Dias	2,25	1,55	0,75	0,15	0,45	0,45	5,6	Aprovado Negro
427000678	Gabriel Brum Teixeira	2,45	1,45	0,75	0,5	0,05	1	6,2	Aprovado Sub Jdice
427000362	Giovanni Christian Nunes Campos	1,75	2,6	0,65	0,5	0,05	0,55	6,1	Aprovado
427000357	Glendha Louise Visani	2,25	1,55	0,35	0,5	0,05	0,7	5,4	Aprovado
427000976	Guilherme Matos De Barros Donadelli	1,95	2,7	0,35	0,6	0,7	0,7	7	Aprovado
427001000	Guilherme Sales Bernardinelli	1,95	1,75	0,75	0,35	0,6	0,9	6,3	Aprovado
427000317	Guilherme Soares Diniz	1,95	1,75	0,65	0,15	0,9	0,35	5,75	Aprovado
427000403	Gustavo Henrique Guimarães	2,25	1,8	0,75	0,35	0,9	0,95	7	Aprovado
427001114	Heleine Pereira Michels	2,3	2,6	0,75	0,5	0,8	0,6	7,55	Aprovado PcD
427001167	Helenilson Cunha Pontes	1,25	2,45	0,35	0,6	0,8	0,4	5,85	Aprovado
427001064	Jean Hatzfeld Dos Santos	1,75	1,65	0,65	0,15	0,05	0,8	5,05	Aprovado
427001066	Jerusa Oliveira Ornelas	1,45	1,05	0,75	0,5	0,8	0,6	5,15	Aprovado
427000220	Jessica Menin Florentino	1,95	1,65	0,35	0,6	0,05	0,85	5,45	Aprovado
427000243	João Paulo Coimbra Neto	2,25	2,9	0,65	0,4	0,05	0,75	7	Aprovado PcD Negro
427000983	Jocsa Araujo Moura	1,45	1,6	0,65	0	0,8	0,7	5,2	Aprovado
427000598	Johannes Miranda Meira	1,75	1,3	0,65	0,5	1	0,65	5,85	Aprovado PcD Negro
427000863	José Demóstenes De Abreu Filho	1,35	1,3	0,75	0,4	0,8	0,5	5,1	Aprovado Negro
427001018	José Luis Castro Rodriguez	2,45	1,45	0,75	0,25	0,8	0,9	6,6	Aprovado
427001044	Júlia Brosso Said	1,65	2,5	0,75	0,5	0,05	0,25	5,7	Aprovado
427001157	Kamilla Stephane Motta Gonçalves	1,95	2,2	0,65	0,3	0,05	0,95	6,1	Aprovado
427000425	Kleber Gioveli	2,25	1,05	0,35	0,1	0,6	0,7	5,05	Aprovado
427000219	Larissa De Oliveira Louredo	1,95	2,8	0,65	0,5	0,05	0,95	6,9	Aprovado
427000315	Letícia Faturetto De Melo	1,75	2	0,55	0,3	0,05	0,75	5,4	Aprovado
427000576	Lia Bartolomei Rubim De Glavina Reino Muniz	2,15	1,35	0,35	0,5	0,7	0,6	5,65	Aprovado PcD
427000415	Lucas Edivandro Agostini	2,45	2,4	0,75	0,5	0,05	0,8	6,95	Aprovado
427001048	Lucas Moraes Assumpção	1,95	2,5	0,65	0,15	0,7	0,75	6,7	Aprovado
427001032	Lucas Tortola Ferreira	1,65	1,75	0,65	0,45	0,05	0,7	5,25	Aprovado Negro
427000261	Luiz Carlos Herculano Dos Santos	2,45	2,7	0,65	0,15	0,05	0,55	6,55	Aprovado Negro



427000528	Marcel Daher Canto	1,85	2,7	0,85	0,5	0,05	0,9	6,85	Aprovado PcD
427000342	Marcelo Sampaio Pimentel Rocha	2,05	1,7	0,55	0,8	0,05	0,8	5,95	Aprovado
427000628	Marcelo Silva Piardi	1,95	0,6	0,65	0,8	0,45	0,6	5,05	Aprovado
427000462	Marcia Loredana Perdiz Reis	2,45	1,65	0,55	0,15	0,05	0,65	5,5	Aprovado PcD
427001098	Marcus Lemmuel Araújo De Castro Souza	1,75	2,5	0,35	0,15	0,05	0,45	5,25	Aprovado Negro
427000336	Marcus Vinicius Sousa De Azevedo	1	2,9	0,75	0,6	0,05	0,55	5,85	Aprovado
427000240	Mariana Rodrigues Miranda Guarçoni	0,75	1,75	0,75	0,6	1	0,9	5,75	Aprovado
427000831	Mariane Vargas Figueiredo De Lacerda	1,15	2,7	0,85	0,6	0,95	0,25	6,5	Aprovado PcD
427000086	Matheus Campos Chagas	2,15	2,1	0,65	0,4	0,05	0,35	5,7	Aprovado PcD Negro
427000133	Matheus Cerazi Sartori	1,95	2,2	0,45	0	0,4	0,3	5,3	Aprovado PcD
427000749	Matheus Gabriel Costa	2,25	2,5	0,75	0,4	0,9	0,95	7,75	Aprovado
427000607	Matheus Rayol Braga	2,25	2,5	0,65	0,15	0,55	1	7,1	Aprovado
427000543	Matheus Vitor Bastos Nacif	1,45	2,6	0,45	0,4	0,05	0,55	5,5	Aprovado
427000595	Maxuel Christian Da Silva	1,75	1,3	0,45	0,7	1	0,6	5,8	Aprovado
427000828	Micael Da Silva Caldas	2,15	1,5	0,65	0,5	0,05	0,9	5,75	Aprovado
427001198	Miriam De Carli Stum	2,3	1,7	0,55	0,4	1	0,75	6,7	Aprovado
427000876	Oseias Amaral Da Silva	2,45	2,1	0,65	0,4	0,8	0,85	7,25	Aprovado Negro
427000347	Paulo Roberto Sampaio Coqueiro	2,8	1,75	0,65	0,1	0,15	0,3	5,75	Aprovado Negro
427001006	Pedro Cedrola Alvarenga	1,65	1,05	0,55	0,35	0,7	0,85	5,15	Aprovado
427000984	Pedro Jacob Bortoli	1,55	2,2	0,65	0,4	0,05	0,5	5,35	Aprovado
427000940	Pedro Schwab Horst	1,95	1,25	0,65	0,8	1	0,7	6,35	Aprovado
427000982	Priscila Domingues Mendes De Oliveira	1,95	1,6	0,55	0,3	0,05	0,75	5,2	Aprovado PcD Negro
427000061	Rafael Bastos Marques	2,25	2,9	0,55	0,5	0,6	0,6	7,4	Aprovado
427001122	Rafael Riffel Porto	2,15	1,35	0,65	0,5	0,45	0,75	5,85	Aprovado
427000739	Rafael Schuh De Bortoli	1,65	2,1	0,55	0,4	0,8	0,6	6,1	Aprovado
427001144	Ramiro Matusalém De Paulo	1,95	2,6	0,75	0,5	0,05	0,5	6,35	Aprovado Negro
427000416	Renata Garcia Ceolin	1,95	0,9	0,25	0,5	0,8	0,7	5,1	Aprovado
427000039	Rene Weiber Dos Santos	1,75	2,9	0,85	0,5	1	0,85	7,85	Aprovado
427001162	Rennan Alef Alves Cunha	1,95	2	0,35	0,7	0,05	0,4	5,45	Aprovado Negro
427000779	Rodrigo Badan Betioli	1,95	1,2	0,75	0,5	0,05	0,75	5,2	Aprovado PcD
427000961	Rodrigo Diniz De Paula Barcelos	1,45	2,2	0,35	0,5	0,8	0,4	5,7	Aprovado
427000728	Rodrigo Mendes Cardoso	2,25	2,4	0,55	0	0,05	1	6,25	Aprovado
427000986	Rodrigo Santos Fernandes De Barros	1,75	0,95	0,75	0,35	0,8	0,6	5,2	Aprovado Negro
427001089	Rodrigo Vasconcelos Compri	1,95	2	0,75	0,4	0,05	0,95	6,1	Aprovado
427000318	Samir Sallen Silva Santos	2,3	2,45	0,65	0,6	0,8	0,75	7,55	Aprovado Negro
427000780	Sarah Araujo Ravagnani	1,95	2,9	0,35	0,5	0,8	0,8	7,3	Aprovado
427000675	Silmar Mariano Dos Anjos	1,95	1,55	0,65	0,35	1	0,45	5,95	Aprovado Negro
427000864	Silvana Soares Ribeiro Felker Andreis	1,95	1,65	0,75	0,7	0,05	0,9	6	Aprovado Negro
427000165	Simone Dutra Bayer	2,25	3	0,85	0,6	0,05	0,85	7,6	Aprovado
427001097	Simone Silva Paz	2,05	1,65	0,65	0,5	1	0,8	6,65	Aprovado Negro
427000419	Taigaro Luis Pellenz	2,15	0,9	0,65	0,4	0,05	0,9	5,05	Aprovado PcD
427000653	Thainara Campos De Oliveira Vicente	1,45	2,1	0,65	0,4	0,3	0,6	5,5	Aprovado
427001246	Thais Anselmo Guimarães	1,45	2	0,65	0,4	0,05	0,55	5,1	Aprovado Negro
427000083	Thais Camatte Vieira Andrade	1,55	2,5	0,45	0,15	0,8	0,85	6,3	Aprovado PcD
427000397	Thais Vanessa Fonseca Zanetti Yamato	2,1	2,1	0,65	0,6	1	0,95	7,4	Aprovado
427000699	Thiago Anselmo Guimarães	2,25	2,5	0,35	0,05	0,05	0,75	5,95	Aprovado PcD Negro Indígena
427000967	Thiago Miranda Silva Araújo	1,75	3	0,65	0,4	0,05	0,5	6,35	Aprovado
427000799	Thiago Moisés Elmiro Freitas	1,55	1,95	0,65	0,7	0	0,75	5,6	Aprovado PcD Negro
427000585	Vinicius Felipe Dos Santos	2,25	3	0,35	0,6	0,05	0,9	7,15	Aprovado
427000017	Vinicius Takahashi	2,25	2,2	0,65	0,7	1	0,75	7,55	Aprovado
427000702	Vitor Maurício Braz Di Masi	1,05	2,45	0,75	0,5	0,8	0,35	5,9	Aprovado
427000787	Vitor Pimentel De Oliveira	2,45	3	0,85	0,5	0,05	0,95	7,8	Aprovado
427000366	Voltaire De Freitas Michel	2,45	0,5	0,65	0,6	1	0,8	6	Aprovado

REMOÇÃO

Inscrição	Nome	Dissertação	Peça Prática	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Prova Escrita e Prática	Situação
427000540	Ericson Jarar Klik Bisiewicz	1,95	1,65	0,65	0,3	0,8	0,85	6,2	Aprovado Sub Judice
427000882	Filipe Fernandes Dias Tomazoni	1,85	1,75	0,75	0,5	0,05	0,85	5,75	Aprovado PcD
427000310	Gil Messias Fleming	1,95	2,8	0,65	0,5	0,05	0,9	6,85	Aprovado
427000244	João Paulo Coimbra Neto	2,25	2,9	0,65	0,4	0,05	0,75	7	Aprovado PcD Sub Judice
427000599	Johannes Miranda Meira	1,75	1,3	0,65	0,5	1	0,65	5,85	Aprovado PcD Sub Judice
427000750	Matheus Gabriel Costa	2,25	2,5	0,75	0,4	0,9	0,95	7,75	Aprovado Sub Judice
427001199	Miriam De Carli Stum	2,3	1,7	0,55	0,4	1	0,75	6,7	Aprovado Sub Judice



427000401	Naymi Salles Fernandes Silva Torres	1,75	2,6	0,75	0,5	1	0,85	7,45	Aprovado
427000549	Pricila Gregolin Gugik	1,75	2	0,65	0,5	0,9	0,95	6,75	Aprovado Sub Judice
427000825	Rafael Michereff	2,6	1,8	0,65	0,6	1	0,6	7,25	Aprovado Sub Judice
427000040	Rene Weiber Dos Santos	1,75	2,9	0,85	0,5	1	0,85	7,85	Aprovado
427001171	Tainá Ferreira Valadares	1,45	2,1	0,35	0,35	1	0,75	6	Aprovado Sub Judice
427000874	Willians Cezar Rodrigues	1,95	1,65	0,75	0,5	0,8	0,8	6,45	Aprovado Sub Judice

Secretaria da Magistratura

Portarias assinadas pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 17/7/2026.

O Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Conceder a MONIQUE RAFAELE ANTUNES KRIEGER, Juíza de Direito da 2ª Vara da comarca de Cassilândia, 1 (um) dia de licença compensatória, para ser gozada 7/8/2026, correspondente ao plantão permanente realizado no período de 8 a 11/3/2024, nos termos do art. 13 do Provimento-CSM n.º 696/2025, designando Bruna Tfarelo, Juíza de Direito da 2ª Vara da comarca de Chapadão do Sul, para substituí-la no referido lapso temporal, nos termos do art. 46 do CODJ/MS. P. R. C. (Port. n.º 2238/2026)

Conceder a ALESSANDRO LEITE PEREIRA, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Dourados, 3 (três) dias de licença compensatória, para ser gozada nos dias 23, 24 e 27/7/2026, correspondente ao plantão permanente realizado nos períodos de 22 a 26/7/2024 e 26 a 29/7/2024, nos termos do artigo 13 do Provimento-CSM n.º 696/2025, designando Marilisa Aparecida da Silva Baptista, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da referida, para substituí-lo no referido lapso temporal, nos termos do art. 46 do CODJ/MS. P. R. C. (Port. n.º 2242/2026)

Designar EDUARDO AUGUSTO ALVES, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Nova Andradina, para responder cumulativamente pela 5ª Vara Cível e Regional de Falências e Recuperações da comarca de Dourados, nos dias 23, 24 e 27/7/2026, nos termos do artigo 46 do CODJ/MS. P. R. C. (Port. n.º 2243/2026)

(a) Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN
Presidente

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 20 de julho de 2026.

Secretaria da Magistratura

(a) Maria Alice Corrêa da Costa

Diretora da Secretaria da Magistratura

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em 16/7/2026.

Processo SEI nº 00008129-55.2026.8.12.9066

Decisão: "(...) Considerando que o interessado manifestou formalmente sua intenção de integrar o banco de dados e apresentou a documentação pertinente, **homologo** a inscrição do Desembargador aposentado Luiz Gonzaga Mendes Marques e **determino** sua inclusão no cadastro de magistrados aposentados interessados, nos termos do art. 5º, § 2º, do Provimento n.º 648/2024. (...) "

(a) Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN
Presidente

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 20 de julho de 2026.

Secretaria da Magistratura

(a) Maria Alice Corrêa da Costa

Diretora da Secretaria da Magistratura

Secretaria de Gestão de Pessoas

Portarias baixadas pelo Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, nos dias 17 e 20.07.2026:

O Desembargador DORIVAL RENATO PAVAN, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e considerando a r. decisão nº 0524112, de 16.07.2026, proferida no bojo dos autos-SEI nº 00087568-19.2026.8.12.9201,

R E S O L V E:

Conceder a **MIRIAN KOTSI**, matrícula nº 4034, Analista Judiciária - área-fim, serviço interno, símbolo PJJU-1, referência ASSJ-17, lotada no Cartório da Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual, da comarca de Campo Grande, o abono de permanência, previsto nos artigos 11 e 18, da Lei Complementar Estadual nº 274, de 21 de maio de 2020, correspondente ao valor de sua contribuição previdenciária, com efeitos a partir de 17.06.2026. (Portaria nº 0526229/2026)